

Um estudo etnolinguístico de designativos para “gambá” no Brasil Central: contribuições do Projeto ALiB

(An ethnolinguistic study on names for “gambá” (skunk) in Brazilian Midwest Region: contributions from ALiB Project)

Daniela de Souza Silva-Costa¹; Aparecida Negri Isquierdo²

^{1,2} Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)

danielassilva@hotmail.com, anegri.isquierdo@terra.com.br

Abstract: This study aims to investigate, according to geolinguistic and lexical-semantic views, the designations documented in Midwestern Brazil used to refer to “the animal that smells bad when it feels threatened”: *gambá*, *mucura*, *jaratataca*, *mixila* and *raposa*, extracted from ALiB Project database (question 71 of the Semantic-lexical Questionnaire) in order to verify the influence of extra linguistic elements on them, as well to investigate the relation between these names and the referent mentioned. The analysis showed a great relation between the social-historical aspects of the localities and the lexicon of their inhabitants, corroborating that language behaves indeed as a social product, disclosing features of elements of settlement and demonstrating that the linguistic norm in use shows the way of life and thinking of a certain community.

Keywords: Lexical norm; Midwestern Brazil; *gambá*; ALiB Project.

Resumo: Este estudo visa a analisar, sob as perspectivas geolinguística e léxico-semântica, as variantes documentadas no Centro-Oeste brasileiro para designar “o bicho que solta cheiro ruim quando se sente ameaçado”: *gambá*, *mucura*, *jaratataca*, *mixila* e *raposa*, extraídas da base de dados do Projeto ALiB (pergunta 71 do Questionário Semântico-Lexical) com o objetivo de verificar a influência de condicionantes extralinguísticos nos designativos estudados, assim como investigar a relação entre esses e o referente em questão. A análise demonstrou a profunda relação entre aspectos sócio-históricos das localidades pesquisadas e o repertório vocabular de seus habitantes, corroborando que a língua, de fato, comporta-se como produto social, relevando traços da presença de elementos de povoamento e demonstrando que a norma linguística em uso de uma dada comunidade evidencia seu modo de ver e de pensar.

Palavras-chave: Norma lexical; Centro-Oeste; *gambá*; Projeto ALiB.

Introdução

A língua acompanha o homem desde os primórdios da sua existência. Qualquer que seja a orientação em relação à gênese humana, a língua de alguma forma está sempre presente. Sob a perspectiva Criacionista, por exemplo, a Bíblia, livro sagrado dos cristãos, relata que, quando Deus criou o homem, já havia dado vida aos demais seres da terra, para depois nomeá-los: “[levou-as] ao homem para ver com que nome ele as chamaria [as feras e as aves do céu]: cada ser vivo levaria o nome que o homem lhe desse. O homem deu então nome a todos os animais, às aves do céu e a todas as feras”¹ (BÍBLIA, 1990, p. 15). Já o Evolucionismo apregoa que o homem teria surgido há mais de quatro milhões de anos atrás, não se sabendo ao certo a datação da origem da linguagem. Todavia, um ponto comum aproxima as diferentes teorias sobre a criação humana: a linguagem oral é muitíssimo mais antiga que a escrita, surgida há apenas 6 mil anos. Além disso,

¹ Livro do Gênesis, capítulo 2, versículos 19 e 20.

[...] supõe-se que a primeira linguagem humana tenha sido mais gestual do que oral. A fala, como os gritos de outros primatas, devia tão somente acompanhar os gestos. Mas, à medida que as mãos passavam a ficar cada vez mais ocupadas com os instrumentos, havia menos disponibilidade para os gestos. É muito possível que a linguagem, seja qual for a sua origem, se tenha basicamente desenvolvido a partir das necessidades da divisão do trabalho. Os primeiros agrupamentos humanos organizados já contavam com divisão de tarefas entre caçadores, coletores de vegetais, preparadores de alimentos, responsáveis pelas crianças. Essa primitiva, porém já complexa rede social exigia uma forma de comunicação mais sofisticada que o gesto ou o grito – a linguagem. (REVISTA SUPER INTERESSANTE, 1989)

As duas teorias sobre a origem humana antes mencionadas têm ainda em comum o fato de admitirem a relação entre homem e ambiente, seja no caso da nomenclatura dos elementos da natureza que cercam o homem (Criacionismo), seja no estabelecimento das relações sociais (Evolucionismo). Analisando-se ainda esses dois contextos, identifica-se a motivação humana no uso da linguagem, seja nas diferentes formas de identificar a realidade, seja nas formas de o ser humano se comunicar.

Grande parte dos estudos linguísticos desenvolveu-se com base em pesquisas dessas relações – língua e sociedade, língua e cultura. A hipótese Sapir-Whorf, por exemplo, considerava que as línguas deveriam ser concebidas como uma visão própria de mundo, por meio da qual ideias são formadas, condicionadas. Em outras palavras, nessa perspectiva, pode-se entender que “cada língua traduz o mundo e a realidade social segundo o seu próprio modelo, refletindo uma cosmovisão que lhe é própria, expressa nas suas categorias gramaticais e léxicas” (BIDERMAN, 1978, p. 80).

Considerando-se, pois, a língua como produto social, instrumento pelo qual o homem identifica seu meio, compreende seu ambiente e comunica seus conhecimentos e tradições, entende-se que o estudo do léxico, acervo vocabular de uma língua, deva também considerar elementos alheios a ela, uma vez que fatores extralinguísticos influenciam a comunicação humana, expressa por essa língua, seja a motivação para designar e reconhecer os elementos que formam uma sociedade, seja a disposição de se tornar compreensível, por exemplo.

E, sendo o léxico o nível linguístico utilizado para a concretização dessas duas atitudes, não pode ser desconsiderado o fato de ele também ser desenhado a partir das escolhas dos falantes, influenciados por aspectos físicos, geográficos, históricos e culturais, dentre outros. Nessa perspectiva, Lucchesi (1998, p. 68) acrescenta que,

[...] apesar de a língua possuir uma organização estrutural que apresenta uma lógica própria de funcionamento, essa organização estrutural é profundamente permeada por fluxos da organização sócio-cultural da comunidade de fala, já que a funcionalidade da língua constitui um produto cultural historicamente condicionado e deve ela mesma responder às necessidades apresentadas pelo desenvolvimento sócio-cultural da comunidade que a utiliza. [...] A lógica da estrutura (e da estruturação) da língua transcende a sua organização interna e se completa na relação com o contexto sócio-cultural, do qual a língua não só é um produto, como também um dos elementos constituintes.

Assim, para se entender o léxico utilizado por um grupo social, devem ser consideradas também as características desse grupo, sob pena de não se alcançar a essência das motivações no uso do repertório lexical de uma comunidade linguística, uma vez que “toda língua

comporta variantes: i. em função da identidade social do emissor; ii. em função da identidade social do receptor; iii. em função das condições sociais da produção discursiva” (CAMACHO, 2005, p. 58).

Nessa perspectiva, este estudo orienta-se especialmente pelo construto teórico-metodológico da Dialetoлогия e da Geolinguística, ramos da Linguística que se ocupam do estudo da língua enquanto representação social, considerando-se também a distribuição do fenômeno linguístico estudado em espaços determinados.

A Dialetoлогия é o “ramo dos estudos da ciência da linguagem que se ocupa da variação e da diversidade de usos” (CARDOSO, 2008, p. 16), enquanto a Geolinguística ou Geografia Linguística é concebida como o “método por excelência da dialetoлогия e vai se incumbir de recolher de forma sistemática o testemunho das diferentes realidades dialetais refletidas nos espaços considerados” (CARDOSO, 2010, p. 46).

Além da Dialetoлогия e da Geolinguística, também a Lexicologia e a Semântica forneceram aportes teóricos para a análise semântico-lexical dos dados aqui tomados como objeto de exame, tendo em vista fornecerem os fundamentos essenciais para a análise das unidades léxicas catalogadas do ponto de vista da motivação semântica de seus usos.

Este estudo analisa dados geolinguísticos que integram o Banco de Dados do Projeto ALiB – Atlas Linguístico do Brasil, sediado na Universidade Federal da Bahia e coordenado por um Comitê Nacional composto por pesquisadores de diversas instituições de ensino superior brasileiras. O Projeto ALiB tem como objetivo mais amplo descrever a Língua Portuguesa em uso no Brasil contemporâneo, com enfoque sobretudo diatópico, e segundo a metodologia geolinguística. A rede de pontos do Projeto ALiB reúne 250 cidades brasileiras, distribuídas pelos 26 Estados da Federação e está recolhendo o material linguístico que dará suporte à elaboração do primeiro atlas nacional do português do Brasil junto a 1.100 informantes², com o auxílio do questionário linguístico.³ O projeto ALiB pauta-se em princípios teórico-metodológicos da Dialetoлогия/Geolinguística contemporâneas.

O *corpus* analisado neste trabalho é composto por dados lexicais catalogados a partir de consulta às entrevistas realizadas em 24 localidades da região Centro-Oeste, respostas documentadas para a pergunta 71 do Questionário Semântico-Lexical (PROJETO ALiB/2001), que busca designativos para o conceito “bicho que solta cheiro ruim quando se sente ameaçado”.

Contextualização da rede pontos do Projeto ALiB na região Centro-Oeste: aspectos da história do Brasil Central

A região Centro-Oeste do Brasil foi, ao lado da região Norte, a área mais tardiamente colonizada e explorada pelo colonizador português no período colonial (séculos XVI a

2 Os informantes do Projeto ALiB são selecionados segundo o seguinte perfil: homens e mulheres de duas faixas etárias (18 a 30 e 50 a 65 anos), com Ensino Fundamental incompleto (nas capitais e interior) e de Ensino Superior (somente nas capitais) e que tenham nascido e sido criados na localidade pesquisada, com pais oriundos da mesma região linguística.

3 O Questionário Linguístico ALiB (COMITÊ NACIONAL, 2001) contempla os vários níveis da língua: o fonético-fonológico (159 questões), seguido de 11 questões de prosódia; o semântico-lexical (207 questões) e o morfossintático (121 questões). Além disso, há cinco questões de pragmática, quatro temas para discursos semidirigidos, 06 questões metalinguísticas e um texto para leitura.

XVIII). Os primeiros bandeirantes adentraram nesse território apenas no segundo século da colonização, em busca de índios para serem escravizados como opção à mão de obra africana e também com vistas a verificar a veracidade das informações que circulavam nos centros coloniais sobre a existência de metais preciosos. Essa segunda motivação foi responsável pela fundação e pelo povoamento de grande parte das localidades do Brasil Central, aliada ao comércio agropecuário, base econômica da região até a atualidade, uma vez que a mineração teve seu declínio já na segunda metade do século XVIII.

Conseqüentemente, esses fatores também estão fortemente arraigados na história social das localidades que integram a rede de pontos do Projeto ALiB no Centro-Oeste, a saber: **Goiás:** Goiânia (capital), São Domingos, Porangatu, Aruanã, Formosa, Goiás, Jataí, Catalão e Quirinópolis; **Mato Grosso do Sul:** Campo Grande (capital), Coxim, Corumbá, Paranaíba, Nioaque e Ponta Porã; **Mato Grosso:** Cuiabá (capital), Poxoréu, Alto Araguaia, Aripuanã, Diamantino, Vila Bela da Santíssima Trindade, Barra do Garças, São Félix do Araguaia e Cáceres. A Tabela I, a seguir, registra os principais motivadores sociais do povoamento dessas cidades.

Tabela I – Fatores preponderantes para a fundação das cidades da rede de pontos do Projeto ALiB na região Centro-Oeste

Estado	Localidade	Fator preponderante para fundação e povoamento			
		Agricultura	Pecuária	Mineração	Outros motivos
Goiás	Goiânia			X	
	São Domingos			X	
	Porangatu			X	
	Aruanã				Segurança das fronteiras
	Formosa			X	
	Goiás			X	
	Jataí		X		
	Catalão			X	
Mato Grosso do Sul	Quirinópolis		X		
	Campo Grande	X	X		
	Coxim			X	
	Corumbá				Segurança das fronteiras
	Paranaíba			X	
	Nioaque			X	
Mato Grosso	Ponta Porã				Segurança das fronteiras
	Cuiabá			X	
	Poxoréu			X	
	Alto Araguaia		X		
	Aripuanã				Interesse governamental
	Diamantino			X	
	Vila Bela da Santíssima Trindade			X	
	Barra do Garças			X	
	São Félix do Araguaia				
Cáceres			X		

Fonte: IBGE, 2011.

No que diz respeito à mineração, na Tabela I, assinalaram-se as cidades que mantiveram algum vínculo com essa atividade econômica, tanto no que concerne à descoberta de jazidas e à consequente extração de minérios (MT: Cáceres, Vila Bela da Santíssima Trindade, Diamantino, Poxoréu; MS: Paranaíba e Coxim; GO: Catalão, Goiás, Formosa, Porangatu e São Domingos), quanto no que diz respeito à descoberta de caminhos fluviais alternativos para o escoamento da produção (MT: Barra do Garças; MS: Nioaque).

Analisando-se, pois, os dados registrados na Tabela I, percebe-se que a mineração foi a maior razão para o povoamento do Brasil Central, ao lado da pecuária, características econômicas que se refletem também na norma linguística dos habitantes da região. Como já assinalado, as bandeiras paulistas foram as responsáveis pelas incursões do colonizador para o interior do Brasil em busca de metais preciosos, dentre outras intenções, e, conseqüentemente, também iniciaram a formação dos povoados no Centro-Oeste.

Os bandeirantes eram desbravadores que saíam especialmente da Capitania de São Vicente (atual Estado de São Paulo) para o Centro e Norte do Brasil e contavam com muitos indígenas e mestiços em sua composição; em primeiro lugar, porque precisavam de guias que conhecessem os caminhos ainda fechados nessas paragens; em segundo, porque nessa época a miscigenação já era uma realidade no Brasil Colonial e, aos mame-lucos – mestiços de brancos com índios, reservavam-se esses postos, já que os europeus ocupavam-se dos serviços burocráticos da Coroa Portuguesa em terras sul-americanas.

Em decorrência desses contingentes históricos, nessa fase do povoamento do interior do Brasil, muitos indígenas e mestiços, falantes da Língua Geral,⁴ adentraram as terras do Centro-Oeste e ali se defrontaram com diversas outras etnias, dentre elas a Guarani, a Caiapó, a Terena e a Guaicuru. Esses contatos interétnicos ainda se mantêm na região, especialmente em Mato Grosso do Sul, Unidade da Federação que concentra a segunda maior população indígena brasileira, superada apenas pelo Estado do Amazonas.

A miscigenação ocorrida na região não se restringiu apenas aos primeiros momentos da colonização, tampouco ocorreu apenas entre índios e brancos. Depois desse primeiro período, até os dias atuais, os Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás receberam e ainda recebem diversos migrantes oriundos de várias localidades do Brasil, como gaúchos, paranaenses, nordestinos, mineiros e paulistas, como também de espanhóis, libaneses, paraguaios, bolivianos, dentre outros.

Nota-se, pois, que a região Centro-Oeste caracteriza-se por sua história recente, em relação ao restante do País, bem como pela miscigenação bem característica de sua população, refletida em manifestações culturais, como a alimentação, as danças e os ritos, bem como na norma linguística em uso, pela presença de diversos empréstimos linguísticos⁵

4 Segundo Rodrigues (2002, p. 100), a língua mais falada na costa do Brasil recebeu essa denominação apenas após o terceiro século da colonização, pois, ao longo do século XVII, era denominada de “língua brasílica” e depois de “tupinambá” (século XVIII), apesar de já ser conhecida por tal nome desde o século XVII. Resultado da mescla entre a língua tupi e a portuguesa, a Língua Geral era a mais falada também pelos bandeirantes provenientes de São Paulo, que a utilizavam para a comunicação entre si e também para com os demais com quem se encontravam.

5 Por empréstimo linguístico entende-se a “incorporação ao léxico de uma língua de um termo pertencente a outra língua” (HOUAISS, 2001). Nesse caso, sendo a língua portuguesa o idioma oficial do Brasil desde o século XVIII, todas as unidades léxicas advindas de outras línguas em contato com o português são con-figuradas como empréstimos.

mantidos na fala de seus habitantes, sejam aqueles já consolidados na variante brasileira do português, sejam os que se caracterizam como específicos dessa faixa de território.

Essa miscigenação revelou-se também no recorte de dados ora analisado, como será demonstrado na continuidade deste trabalho.

Designações para o “bicho que solta cheiro ruim quando se sente ameaçado”: análise diatópica e semântica

Como resposta para a pergunta 71 do QSL/ALiB/2001, auferiram-se cinco variantes, num total de 114 registros e duas não respostas,⁶ na fala dos 108 informantes entrevistados do Projeto ALiB em Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás: *gambá*, *mucura*, *jaratataca/aratacaca*, *raposa* e *mixila*, cuja produtividade é apresentada no Gráfico I na sequência:

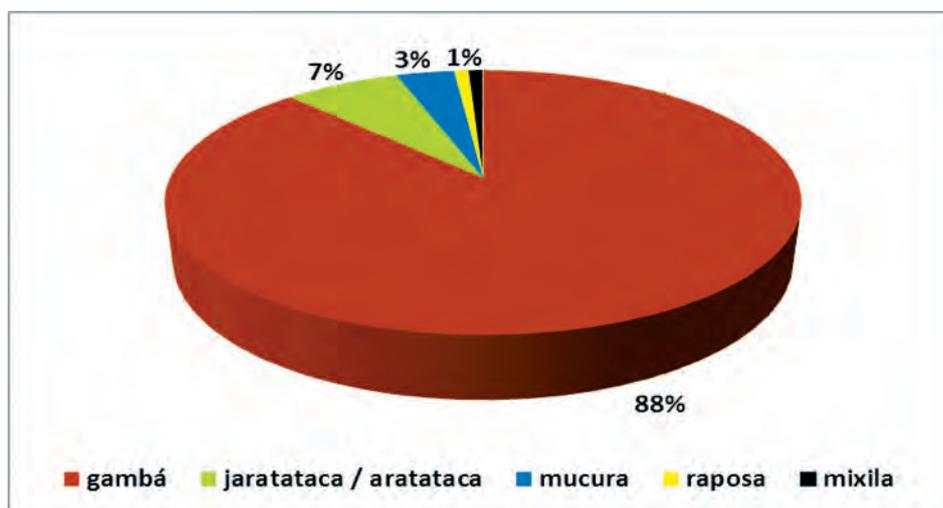


Gráfico I – Produtividade dos designativos para “gambá” na região Centro-Oeste

Pode-se observar, pelos dados estatísticos, que *gambá* é a variante mais produtiva para nomear o referente em questão, com 100 registros. A segunda resposta mais produtiva, *jaratataca/aratacaca*, obteve apenas 08 registros, seguida por *mucura* (04 registros), *mixila* e *raposa*, cada uma com apenas um registro.

Comparando-se esses resultados aos do estudo de Silva e Aguilera (2010) – *Variantes lexicais para o gambá: um estudo geolinguístico nas capitais brasileiras*, nota-se que os percentuais desta pesquisa (88%) aproximam-se daqueles investigados pelas pesquisadoras paranaenses, que registraram *gambá* com 82,7% das ocorrências no universo das capitais brasileiras. Todavia, *mucura* sagrou-se como a segunda variante de maior recorrência naquele estudo (com 8,9% de registros), enquanto neste alçou o terceiro posto na representatividade percentual de dados (3%), sendo aqui superada por *jaratataca/aratacaca* (7%). Aquele estudo registrou também outras variantes para designar o marsupial em questão: *saruê*, *zorriho*, *timbu*, *tacaca*, *maritacaca*, *girita* e *cassaco*, não tendo registrado, contudo, os designativos *jaratataca/aratacaca* e *mixila*, documentados no Brasil Central, universo deste trabalho.

⁶ As não respostas foram registradas em Ponta Porã/MS (informante idosa sexo feminino, baixa escolaridade) e Cuiabá/MT (informante jovem do sexo masculino, alta escolaridade).

A distribuição diatópica das variantes documentadas na região Centro-Oeste brasileira, apresentada no Gráfico II, confirma o uso generalizado da unidade lexical *gambá* e as particularidades regionais evidenciadas pelas ocorrências das demais variantes documentadas: *jaratataca/arataca* (02, 02 e 04 registros, respectivamente, em Mato Grosso do Sul, em Mato Grosso e em Goiás); *raposa*, terceira variante mais produtiva em Mato Grosso do Sul (01 registro); *mucura*, a terceira com maior ocorrência em Mato Grosso e em Goiás (02 registros em cada Estado) e, por fim, *mixila* identificada apenas em Mato Grosso (01 registro).

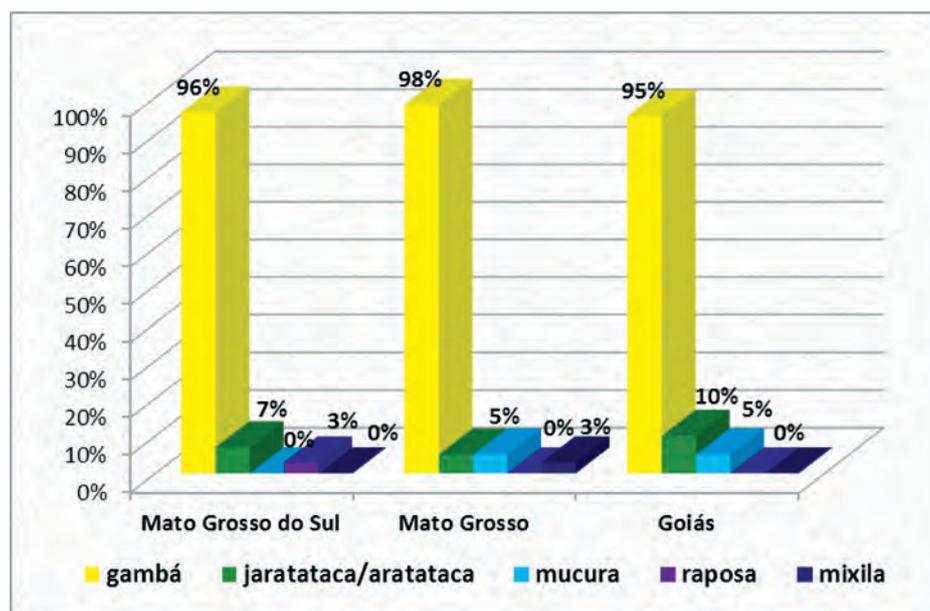


Gráfico II – Distribuição diatópica das designações para “gambá” na região Centro-Oeste

Comparando-se novamente os dados aqui analisados com os resultados obtidos por Silva e Aguilera (2010), nota-se que o registro de *mucura* em Mato Grosso, na cidade de Aripuanã, e em Goiás, em Porangatu, aponta para a confirmação de uma possível isoglossa em termos de uso dessa variante por influência do falar da região Norte nessas localidades, uma vez que Aripuanã/MT fica no extremo norte de Mato Grosso, próxima ao Estado do Amazonas, e Porangatu/GO faz fronteira com o Estado de Tocantins. O estudo com base nos dados das capitais brasileiras demonstrou alta produtividade da variante *mucura* com registros em cinco das seis capitais nortistas (à exceção de Belém/PA) e também em São Luis/MA, que, apesar de fazer parte da região Nordeste, faz fronteira com a região Amazônica.

Observadas as questões pertinentes ao registro diatópico dos dados, a continuidade do estudo focaliza o cotejo das variantes sob a perspectiva léxico-semântica. Antes disso, porém, é conveniente considerar as razões que justificaram a inclusão das variantes *mixila* e *raposa* no conjunto dos dados examinados, já que ambas designam, de acordo com os registros lexicográficos, referentes diversos do nomeado pela unidade lexical *gambá*.

Em Houaiss (2001), registra-se *raposa* com marca de uso em São Paulo como sinônimo de *gambá*, marca também apontada por Ferreira (2004) e por Caldas Aulete (2006). Essa unidade lexical é definida de forma semelhante nas três obras lexicográficas consultadas. Ferreira (2004), por exemplo, define o termo como: “animal mamífero (*Vulpes vulpes*), carnívoro, canídeo, que habita a Europa, de pequeno porte, e grande predador das aves

em geral. O pelo, farto, é muito valorizado no comércio graças aos matizes, que vão do castanho ao branco-prateado” (FERREIRA, 2004). Cunha (1996) atribui-lhe o étimo castelhano <raposa>, “variante do antigo e dialetal *rabosa* e, este, provavelmente, de *rabo*”.

Mixila e *raposa* foram documentadas na fala de habitantes de Poxoréu-MT (01 registro) e de Ponta Porã/MS (01 registro), e, apesar de nomearem referentes distintos da fauna, foram mencionadas de forma consciente, uma vez que a descrição fornecida equivale ao conceito expresso na pergunta em questão. No caso de *mixila*, o informante idoso de 68 anos do sexo masculino de Poxoréu-MT esclareceu: “*mixila* é o mesmo *gambá* que nós conhece, um bicho que solta um cheiro forte no caso que se é atacado”. A variante está dicionarizada como designação de um tipo de tamanduá, logo, outro tipo de animal. Houaiss (2001) define *mixila* como sinônima de tamanduá-mirim; Ferreira (2004), como tamanduá-colete e Caldas Aulete (2006), como o mesmo que tamanduá (pequeno tamanduá). Não foi identificada a etimologia dessa variante lexical.

Pelo exposto, nota-se que, além da marca dialetal atribuída à unidade lexical *raposa*,⁷ não foi possível estabelecer outra relação entre *raposa* e *mixila* com *gambá*. Pelos dados apurados, *mixila* nomeia um tipo de tamanduá; *raposa*, um tipo de animal carnívoro da família dos lobos e, por fim, *gambá*, o marsupial de pelagem cinza, avermelhada ou preta com a parte distal branca.

No conjunto dos dados, também desperta atenção o uso das variantes *jaratataca*/*aratataca*. Segundo Ferreira (2004), *jaratataca* designa um tipo de “mamífero carnívoro, mustelídeo”. Houaiss (2001) acrescenta a essa unidade lexical outros traços semânticos: “corpo e pelagem negros com a cauda e duas faixas dorsais brancas [Esguicha um líquido fétido, secretado por glândulas anais, em atitude de defesa]”. Sampaio (1928, p. 268), em *O tupi na geographia nacional*, atribui à *jaratataca* o étimo tupi *yara-tic-aga*, e define o termo como “o que pode arrojarse fétido. É um animal que, perseguido, se defende com um arrojarse de si um líquido fétido, insuportável”.

Ora, esse registro apresenta uma questão semântica que exige uma análise mais acurada. Isso porque, dentre as prováveis respostas esperadas para a pergunta 71 do QSL do Projeto ALiB, figura a variante *gambá*. Porém, por tratar-se de um questionário de base onomasiológica, isto é, que parte do conceito para o termo, os traços do referente contidos na pergunta – **bicho / que solta cheiro ruim / quando se sente ameaçado** – são características comuns tanto do *gambá* quanto da *jaratataca*. Apesar de serem dois animais distintos, o primeiro, um marsupial e o segundo, um mustelídeo, ambos, quando ameaçados, exalam um odor fétido pelas glândulas anais. Nessa perspectiva, se realizarmos um comparativo entre os traços semânticos contidos nas acepções dicionarizadas na definição do nome desses animais, teremos o resultado expresso na Tabela II:

7 A associação entre *raposa* e *gambá* pode ainda ser esclarecida a partir da fala do informante idoso de baixa escolaridade de Alto Araguaia/MT que, ao descrever o *gambá* e a *jaratataca*, esclareceu: “raposo é assim cor, da cor dessa, desse trem... [...] Marrom claro. E o preto é preto mesmo e tem um branquim só que é todo peludim se olhá é o trem mais bunutim, se pega ele, ele solta um olhim ali”, ou seja, o “óleo” responsável pelo odor fétido exalado pelo animal. Essa resposta, porém, não foi computada no conjunto de dados porque a unidade lexical “raposo” não foi citada como resposta à pergunta, apenas foi mencionada pelo informante ao descrever as características do *gambá* e da *jaratataca*.

Tabela II – Traços semânticos das unidades lexicais *gambá* e *jaratataca*

Unidade lexical	Família (Zool.)	Tamanho	Características físicas	Pelagem	Alimentação	Odor fétido
Gambá	didelfídeo	Cerca de 50 cm	Cauda longa e quase nua	Negra, cinza ou avermelhada, com a parte distal branca	ovos, frutos, vermes, insetos, lagartos, anfíbios e até mesmo filhotes de pássaros	Não relacionado
Jara-tataca	Mus-telídeo	Cerca de 40 cm	Cauda branca	Negra ou marrom escura, com duas faixas brancas	insetos, pequenos vertebrados e frutos	Exalado pelas glândulas anais

Fontes: Houaiss (2001); Ferreira (2004) e Caldas Aulete (2006).

Os traços semânticos contidos na tabela confirmam que as unidades lexicais *gambá* e *jaratataca* nomeiam referentes distintos, apesar de as características de ambos serem bastante similares. Nesse contexto, uma primeira avaliação descartaria a variante *jaratataca/aratataca* como nominativo do animal normalmente designado como *gambá*. Porém, se considerados os semas requeridos pela pergunta, nota-se que a resposta é condizente com a questão 71 do QSL/ALiB e, conseqüentemente, justifica a inclusão dessa unidade lexical nos dados analisados neste trabalho, que coteja os nomes para o “bicho que solta cheiro ruim quando se sente ameaçado”.

Além disso, não pode ser desconsiderada a dimensão regional do léxico, neste caso confirmada pela documentação da variante em localidades dos três Estados do Centro-Oeste, o que confirma o uso do item lexical para nomear o animal em questão. A influência da escola e dos meios de comunicação de massa e os efeitos da globalização justificam a alta produtividade da variante *gambá*, justamente a disseminada pela norma padrão.

Assim, recorre-se à Semântica Cognitiva para, a partir dos conceitos de categoria e protótipo, buscar-se o entendimento das possíveis relações que se estabelecem entre as variantes documentadas, no campo do significado.⁸ Nesse contexto,

[...] protótipo pode ser entendido tanto num sentido referencial, isto é, como exemplar representativo (ou conjunto de exemplares representativos), como num sentido intencional, aplicado a propriedades representativas de significados e a significados que expressam essas propriedades. E quer como melhor exemplar (ou grupo de melhores exemplares) de um único significado, quer como significado central (ou significados centrais) de um item lexical polissêmico. (SILVA, 1999, p. 35)

A partir da ideia de protótipo, formam-se as categorias lexicais, isto é, conjuntos de itens lexicais com características semelhantes que os aproximam do melhor exemplar dessa categoria, no caso, o próprio protótipo. Em outras palavras,

[...] os vários membros e propriedades de uma categoria possuem, geralmente, diferentes graus de saliência (uns são prototípicos e outros periféricos), agrupam-se, fundamentalmente, por similaridades parciais (e não necessariamente por um conjunto de propriedades comuns a todos) e os limites entre si bem como entre diferentes categorias são, geralmente, imprecisos (na medida em que as categorias compreendem zonas periféricas à volta de centros prototípicos bem estabelecidas). (SILVA, 1999, p. 16)

⁸ O conceito de protótipo foi estudado inicialmente por Eleanor Rosch (1975) e levado para a Semântica Lexical por Georges Kleiber (1990).

Dessa forma, a elaboração de um esquema radial, segundo o preconizado pela Semântica Cognitiva, para fins de apresentação da categoria dos itens lexicais relacionados a *gambá*, evidencia a maior proximidade entre os itens representada pela linha contínua e, pela pontilhada, um maior distanciamento, e será apresentado ao final da análise.

No caso, *gambá* seria o protótipo, *mucura*, um item lexical relacionado mais proximamente com o melhor representante da categoria, por tratar-se de designativo do referente em questão e *jaratataca*, também presente na mesma categoria, mas mais distanciado do protótipo, uma vez que, retomando-se Silva (1999), seria mais periférico por compartilhar certas similaridades parciais com o primeiro exemplar da classe, mas também por apresentar um maior grau de diferenças que *mucura*. Já *raposa* teria sua relação com *gambá* num tracejado ainda mais leve, e, finalmente, *mixila*, a mais tênue das relações estabelecidas, por haver sido registrada apenas na mente de um informante, que, porém, foi consciente em sua resposta.

Aplicando-se o preconizado por Kleiber (1990) aos dados em análise, poderíamos enquadrar *gambá* como protótipo da categoria porque, dentre outros motivos, essa variante foi considerada como a uma provável resposta esperada para a pergunta 71 do Questionário Semântico-Lexical (ALiB/2001), apesar de já termos verificado que outro referente se adéqua aos semas requeridos, confirmando que

- 1) Os membros prototípicos são categorizados mais rapidamente do que os não prototípicos;
- 2) Os membros prototípicos são os primeiros a serem aprendidos pelas crianças;
- 3) Os protótipos servem como ponto de referência cognitiva;
- 4) O protótipo é geralmente mencionado em primeiro lugar, quando solicitados a listar os membros de uma classe. (KLEIBER, 1990, p. 58)

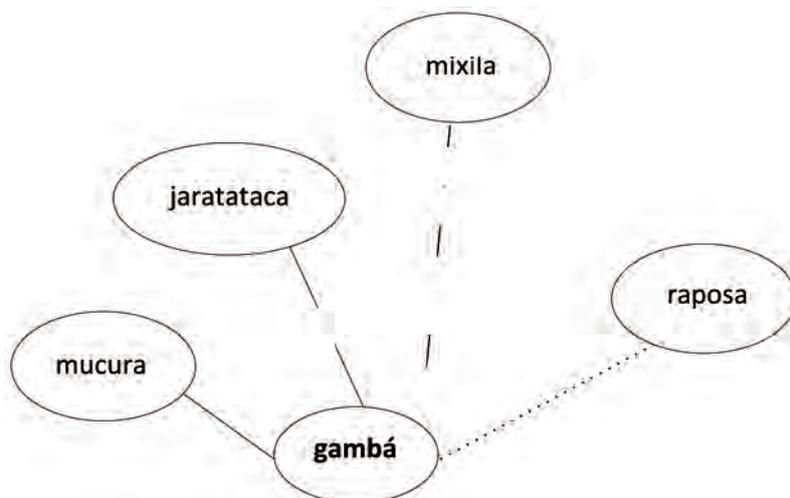
Além disso, como o apresentado no Quadro II, o sema “odor mal-cheiroso” não figura nas definições da unidade lexical *gambá* apresentadas pelas três obras lexicográficas pesquisadas. Nesse caso, deve-se acrescentar apenas a questão da etimologia do item lexical *gambá*, ainda não referida, que provém da língua tupi e cujo étimo é obscuro, segundo Cunha (1996). Assim, os conceitos de categoria e de protótipo da Semântica Cognitiva podem auxiliar na compreensão do fenômeno do registro de *jaratataca* para responder a pergunta 71 (QSL ALiB/2001).

Como a última variante a ser analisada pelo viés léxico-semântico, tem-se *mucura*, que nomeia um tipo de “mamífero marsupial da família dos didelfídeos; *gambá*, sariguê” (CUNHA, 1996). No caso desse item lexical, a questão central encontra-se em torno da polêmica quanto à etimologia do termo. Sampaio (1928, p. 287), por exemplo, registra *mucura* como de étimo tupi *mô'cura*. Cunha (1996), por sua vez, confirma-lhe a origem tupi, sem revelar, porém, seu étimo. Todavia, há alguns estudiosos que contestam essa origem do vocábulo. Cardoso (1961, p. 203), por exemplo, atribui a essa variante o étimo macuxí *mocorê*. Já José Gregório (1980, p. 955), estudioso das línguas indígenas brasileiras, atribui-lhe a origem guarani.

Nota-se, pois, que a origem dessa lexia é ainda incerta, tal qual é incerta a relação entre essas línguas indígenas. Isso porque a relação entre o tupi e o guarani é de proximidade linguística, haja vista que este advém daquele tronco. Além disso, o macuxí é proveniente da família linguística Karib, cuja raiz não é atribuída a nenhum tronco linguístico, ao menos por ora. Assim, pode-se aventar a hipótese de que, evoluindo-se os

estudos das línguas indígenas brasileiras, esse e outros problemas etimológicos poderão ser elucidados.

Realizadas as considerações acerca das variantes em estudo, segue, pois, o esquema radial que representa, segundo os princípios da Semântica Cognitiva, a relação entre as variantes documentadas:



Esquema I – Esquema radial da unidade lexical gambá

Assim, após essas considerações, apresenta-se, no Figura I, a síntese das informações relativas à origem linguística das variantes em estudo:

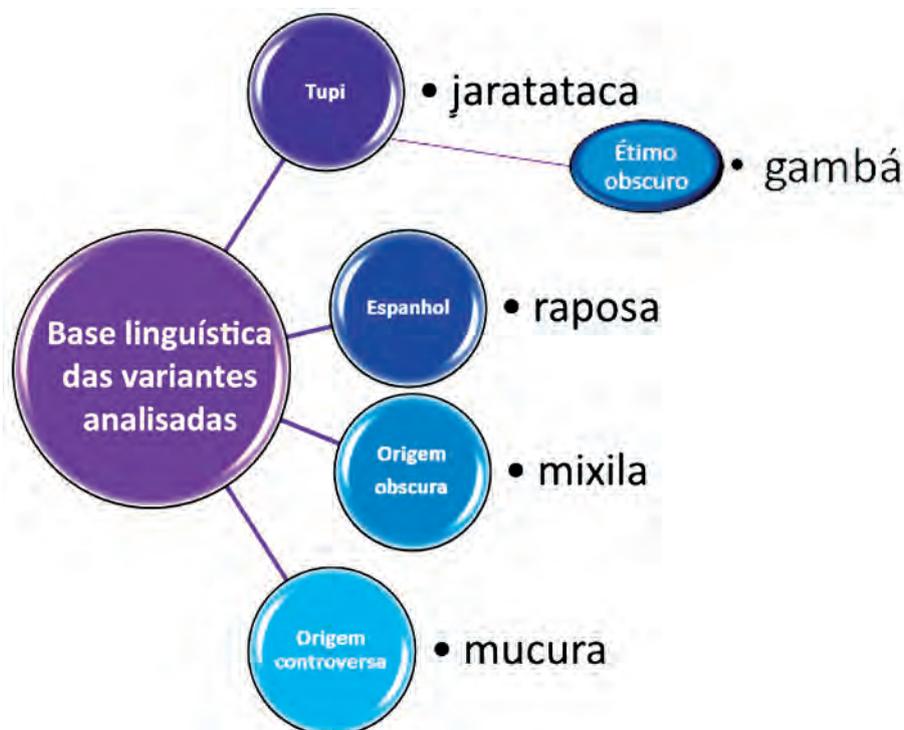


Figura I – Base etimológica das variantes documentadas pelo QSL 71 (ALiB/2001) nas localidades do Centro-Oeste brasileiro

As considerações feitas ao longo deste trabalho tiveram como eixo de raciocínio a hipótese de que, “se o ambiente físico, característico de um povo, [...] se reflete em grande parte na língua, o mesmo acontece, até com maior amplitude, em relação ao ambiente social” (SAPIR, 1969, p. 50), atestada pelo estudo das variantes que compuseram o *corpus* deste estudo.

Algumas palavras finais

Partindo do pressuposto que “a língua é, antes de tudo, um produto cultural, ou social, e assim deve ser entendida” (SAPIR, 1969, p. 26), este trabalho buscou relacionar as variantes registradas para designar “o bicho que solta um cheiro ruim quando se sente ameaçado” a aspectos sociais, históricos e culturais da região Centro-Oeste, como as questões de povoamento e imigração, dentre outras.

Evidenciou-se, por exemplo, que os aspectos históricos refletem-se sobremaneira no registro dessas variantes, haja vista que, pelo fato de o referente em questão ser tipicamente nacional, seus designativos são originados ou da língua indígena tupi, que por muito tempo reinou em terras nacionais por meio do uso da Língua Geral nos primeiros três séculos depois do Descobrimento, ou do espanhol, mas nenhum de base portuguesa.

Os dados demonstraram ainda que, apesar de os falantes utilizarem com mais frequência o designativo *gambá* para nomear o animal em pauta (88% de ocorrência), os demais nomes representam particularidades regionais das áreas geográficas pesquisadas, pela sua produtividade, pela acepção dicionarizada e, mais especificamente, pela relação estabelecida pelos falantes entre a designação e o animal nomeado.

Além disso, a origem controversa de duas das designações demonstra que há ainda muito que se estudar no campo linguístico da etimologia, uma vez que outros *corpora* poderão apresentar resultados semelhantes. Enfim,

[...] o espaço geográfico evidencia a particularidade de cada terra, exibindo a variedade que a língua assume de uma região para outra, como forma de responder à diversidade cultural, à natureza da formação demográfica da área, à própria base linguística preexistente e à interferência de outras línguas que se tenham feito presentes naquele espaço no curso da história. (CARDOSO, 2010, p. 15)

E, dessa maneira, ratifica-se o valor das pesquisas geolinguísticas para a documentação do falar brasileiro, ímpar em suas realizações, nomeadamente no que se refere às escolhas lexicais de seus falantes, que ora se valem da norma para designar referentes de sua realidade, ora inovam, mostrando também como o “aspecto inovador da abordagem cognitiva da dimensão onomasiológica [...] [e] a integração de factores contextuais (sociais, geográficos, culturais e pragmáticos), geralmente descurados ou eliminados pelos teóricos estruturalistas dos campos lexicais” (SILVA, 1999, p. 63) refletem-se de modo especial na norma lexical.

REFERÊNCIAS

AULETE, Caldas. *Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa*. Versão eletrônica. Rio de Janeiro: Lexikon, 2006.

BÍBLIA. Português. *Bíblia Sagrada*. Edição Pastoral. Tradução de Ivo Storniolo e Euclides Martins Balancin. São Paulo: Paulus, 1990. 1584p.

BIDERMAN, Maria Teresa de Camargo. *Teoria lingüística: lingüística quantitativa e computacional*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1978. 277p.

CAMACHO, Roberto Gomes. Sociolingüística II. In: BENTES, Anna Christina; MUSSALIM, Fernanda (Orgs.). *Introdução à lingüística: domínios e fronteiras*, v.1. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2005. p. 49-75.

CARDOSO, Armando Levy. *Amerigenismos*. Tomo I. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1961. 385p.

CARDOSO, Suzana Alice Marcelino. *Geolingüística*. Tradição e Modernidade. São Paulo: Parábola Editorial, 2010. 240p.

_____. Reflexões sobre a Dialectologia. In: ISQUERDO, Aparecida Negri (Org.). *Estudos geolingüísticos e dialetais sobre o português*. Campo Grande: Editora UFMS, 2008, p. 15-31.

COMITÊ NACIONAL DO PROJETO ALIB. *Atlas lingüístico do Brasil: questionário 2001*. Londrina: EDUEL, 2001.

CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996. 101p.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. Versão 5.0. Curitiba: Positivo, 2004.

GREGÓRIO, Ir. José. *Contribuição indígena ao Brasil*. Lendas e tradições – usos e costumes – Fauna e flora – Língua – Raízes – Toponímia – VOCABULÁRIO. v. III. Belo Horizonte, MG: União Brasileira de Educação e Ensino, 1980.

HOUAISS, Antônio. *Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa*. versão 1.0. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 22 jun. 2011.

KLEIBER, Georges. *La sémantique du prototype: catégories et sens lexical*. Paris: Presses Universitaires de France, 1990. 199p.

LUCCHESI, Dante. *Sistema, mudança e linguagem: um percurso da linguística neste século*. Lisboa: Colibri Artes gráficas, 1998. 232p.

REVISTA SUPERINTERESSANTE. *Palavra do homem*. São Paulo: Abril, ed. 16, jan, 1989. Disponível em: <<http://super.abril.com.br/cotidiano/palavra-homem-438882.shtml>>. Acesso em: 22 jun. 2011.

RODRIGUES, Aryon Dall'igna. *Línguas brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas*. 4. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2002. 135p.

ROSH, Eleanor. Cognitive Representations of Semantic Categories. *Journal of Experimental Psychology*, v. 104, n. 3, 1975. p. 192-233

SAMPAIO, Teodoro. *O tupi na geographia nacional*. Salvador: Secção Graphica da Escola de Aprendizes Artificies, 1928. 352p.

SAPIR, Edward. *Linguística como ciência*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1969. 203p.

SILVA, Augusto Soares da. *A semântica de deixar*. Uma contribuição para a abordagem cognitiva em semântica lexical. Portugal: Ministério da Ciência e da Tecnologia, 1999. 497p.

SILVA, Lidiane Martins da; AGUILERA, Vanderci de Andrade. Variantes lexicais para o *gambá*: um estudo geolinguístico nas capitais brasileiras. In: CIELLI – COLÓQUIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS LINGUÍSTICOS E LITERÁRIOS, 1, 2010, Maringá. *Anais...* Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 2010. p. 1-13.